Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	8
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	28
10.8 - Plano de Negócios	29
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A política de gerenciamento de riscos da Companhia está em fase de elaboração, todavia já possui alguns controles para monitoramento e acompanhamento sobre o gerenciamento de riscos, dos quais pode destacar como procedimentos já formalizados e implantados, como:

- Código de ética e conduta;
- Política de doações e brindes;
- Política de contingenciamento;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos está em fase de implantação do Compliance, com isso algumas políticas estão formalmente descritas e implantadas, as demais foram criadas práticas, procedimentos de controle, análise e acompanhamento para mitigar os riscos.

Risco de crédito

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos possui, como sua principal atividade, o contrato para prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos, através do seu complexo agroindustrial, este "contrato de prestação de serviço" está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

Outro risco mensurado está diretamente relacionado ao processamento industrial de carne de frango, produtos industrializados de marca própria são destinados as vendas para mercado interno e externo, com intuito de mitigar os riscos de crédito adotamos procedimentos que contemplam analises de crédito, histórico comercial, até a liquidação financeira do mesmo, procedimento envolve departamento comercial, financeiro e Compliance.

Risco Cambial

A receita com vendas de produtos industrializados ao Mercado externo da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos equivalem a 20% do faturamento bruto da empresa. Com intuito de mitigar os riscos cambiais nas operações de vendas do mercado externo, são adotados procedimentos comerciais onde em sua maioria as vendas são realizadas com adiantamento total ou parcial pelo cliente e estas estão sujeitas a oscilação da taxa de cambio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano.

Risco de insumos

Nas operações de prestação de serviços de abate, fabricação de ração, incubatório e granjas os insumos são de responsabilidade do contratante, conforme cláusulas contratuais, restando a minuano os insumos para produtos industrializados, e com intuito de mitigar os riscos foram adotados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

procedimentos de planejamento que envolve as áreas de suprimentos, planejamento, gestão de qualidade, PCP, área comercial e gerência fabril, além dos procedimentos semanalmente são realizadas reuniões com troca de informação de todos envolvidos na operação.

Risco de Juros

Com intuito de mitigar os riscos com taxas de juros do mercado, a empresa adotou procedimentos para estimativas de capital de giro anual, mensal e o mesmo é acompanhado diariamente pela diretoria administrativa da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos e discorre das operações comerciais e prestação de serviços

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-se diretamente à diretoria.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Com base nesta revisão, o Auditor Independente apresentou alguns pontos de melhorias de controles e processos, porém não detectou deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos diretores e medidas corretivas estão informados junto aos pontos indicados no relatório do auditor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não possui programa de integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações siginificativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2018:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2018, com intuito de promover a transparência e a visão realista das condições patrimoniais e financeiras da Companhia, a administração seguiu atuando fortemente na estruturação dos controles internos, politicas institucionais e manuais de procedimentos operacionais, com esse processo ocorreu também um grande avanço em relação a classificação, avaliação e mensuração da dívida tributária da Companhia, o que permitiu demonstrar os valores de forma mais clara e consistente nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas.

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Capital próprio (patrimônio líquido)	(359.992)	(292.963)	(267.600)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	543.897	464.888	475.752
Capital total (próprio + terceiros)	183.905	171.925	208.152
Parcela de capital próprio	-195,75%	-170,40%	-128,56%
Parcela de capital de terceiros	295,75%	270,40%	228,56%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;
- (iii) Pagamento de empréstimos e financiamentos;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais; e
- (ii) Empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA ajustado	24.339	12.906	22.301
Resultado Financeiro	76.676	31.417	36.742
Índice de cobertura	0,32	0,41	0,61

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para

PÁGINA: 10 de 30

investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

			Controladora		Consolidado	
Instituição	Encargos	Vcto	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	99	117 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	40	39
		Circulante	-	-	139	156
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	888	1.056 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	263	261
	N	ão circulante	-	-	1.151	1.317

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia

Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No ano de 2018 a única alteração significativa que ocorreu nas demonstrações financeiras está relacionada aos débitos fiscais, no montante de R\$ 65.887, as informações relativas a esta alteração estão reportadas na nota explicativa nº 15 – Obrigações Tributárias.

PÁGINA: 12 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2018	2017	2016
Industrializados	85.795	73.131	66.447
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	125.474	127.140	142.635
Total	211.269	200.271	209.082

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

A Receita Líquida no ano de 2018 aumentou em 5%, quando comparada ao ano de 2017. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 199.562 mil, sendo que no ano de 2017, a receita líquida foi de R\$ 190.423 mil. Este aumento está relacionado ao crescimento das vendas de industrializados de carne.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2018 foram de R\$ 9.378 e para o exercício de 2017 foram de R\$ 8.082, sendo que este aumento de 16% está associado a aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,24% em 2017 e 4,70% de participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	199.562	190.423
Despesas com Vendas	9.378	8.082
% Dep. Vendas / Receita Líquida	4,70%	4,24%

PÁGINA: 13 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Do ano de 2017 para 2018 não ocorreram significativas variações de receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	211.269	200.271	209.282
Receita Líquida	199.562	190.423	196.298
Lucro Bruto	44.745	35.800	36.907
Resultado Operacional	9.649	5.217	23.410
Prejuízo Líquido do Exercício	(67.027)	(25.363)	(13.332)
EBITDA Ajustado	24.339	12.906	22.301
Prejuízo por Ação	(9,4403)	(3,5723)	(1,8777)

PÁGINA: 14 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

PÁGINA: 15 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma ressalva, porém foram destacadas as ênfases apresentadas as seguir:

"1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, o montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como "possível". Considerando a avaliação, a Companhia

PÁGINA: 16 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

2. Impostos e contribuições sociais - Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Medida Provisória 470/2009, Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT) esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 42.919 mil consolidado em 31/03/2018. Ressalta-se que conforme descrito na nota explicativa nº 15.1.1 o Parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009 junto a Companhia indireta Companhia Minuano de Alimentos, optou em quitar de forma antecipada conforme benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos no parcelamento e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de homologação por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. A manutenção nos demais parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidos de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controla indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso que totalizam o montante de R\$ 325.771 sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

PÁGINA: 17 de 30

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

3. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo consolidado de R\$ 1.691 mil (R\$ 3.456 mil em 31 de março de 2017) e possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 294.358 mil em 31 de março de 2018(patrimônio líquido negativo de R\$ 292.668 mil em 31 de dezembro 2017), possui endividamento tributário, conforme nota explicativa 15. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantem junto à outra empresa do ramo, o qual está em processo de renovação, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto."

PÁGINA: 18 de 30

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista.
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

PÁGINA: 19 de 30

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas

referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na

venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2015, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

I) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM n° 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente

para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

u) Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 5.750 mil (R\$ 5.415 mil em 2017). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Durante o ano ocorreu produção de novos produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

PÁGINA: 30 de 30